



Simulado Especial

# CGE SP

**Auditor Estadual De Controle - Especialidade**  
**Contabilidade Pública E Finanças**  
**Pós-Edital**

# Caderno de Prova

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CGE-SP**, cargo de **Auditor Estadual de Controle - Contabilidade Pública e Finanças**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/PYpwjNvdNH3urqpL8>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/9LBZ>

**MÓDULO I****LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO**

O historiador, como qualquer cientista, trabalha com evidências e suposições. Não pode romper o ténue equilíbrio entre esses dois elementos. Se não se arrisca a lançar hipóteses a partir de suposições, corre o risco de repetir o já conhecido, reafirmar o óbvio, transformar a aventura humana numa narrativa sistemática e organizada como cadeias de elementos químicos ou rígidas fórmulas matemáticas. Se, por outro lado, abandona as evidências e se permite “delirar” à vontade, pode criar uma interessante obra de ficção desvinculada do conhecimento acumulado por gerações, comprometida apenas com a imaginação criadora do autor.

(PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. 25. ed. São Paulo: Contexto, 2023, p. 24-25.)

1. Segundo as informações presentes no texto, é correto afirmar que:

- a) o trabalho do historiador exige distanciamento absoluto da imaginação, sob pena de que suas conclusões se tornem inverificáveis e aproximem-se do campo da ficção.
- b) assim como o cientista, o historiador deve rejeitar tanto a repetição do óbvio quanto a especulação imaginativa, mantendo-se rigidamente preso às evidências documentais.
- c) a tarefa do historiador consiste em equilibrar o rigor das provas e a ousadia das hipóteses, evitando tanto a estagnação do conhecimento quanto o devaneio criativo desprovido de base empírica.
- d) o texto defende que o historiador, diferentemente do cientista, deve abrir mão das evidências para compreender a aventura humana como narrativa poética e subjetiva.
- e) o autor propõe que o historiador trate os fatos humanos com o mesmo método das ciências

exatas, assegurando assim a objetividade e a neutralidade de sua narrativa.

2. Podemos inferir algumas informações de outras que são dadas no texto.

Assinale a única inferência a seguir que se mostra **inadequada**.

- a) O texto pressupõe que o historiador, mesmo quando formula hipóteses, deve sustentá-las em dados concretos, e não em meras fantasias.
- b) É possível concluir que o autor valoriza o uso da imaginação no trabalho histórico, desde que ela esteja subordinada à análise das evidências.
- c) Infere-se que a história, embora não seja uma ciência exata, deve buscar algum grau de método e de rigor em suas investigações.
- d) O texto permite entender que, ao contrário das ciências exatas, a história admite um espaço legítimo para a criatividade e para a formulação de hipóteses.
- e) Pode-se inferir que o texto defende uma oposição radical entre imaginação e conhecimento, tornando impossível a convivência entre ambos no ofício do historiador.

3. Considerando os aspectos semânticos e estruturais do texto, assinale a opção que apresenta uma análise adequada quanto à tipologia textual.

- a) Trata-se de um texto narrativo, pois relata as possíveis atitudes do historiador diante de seu objeto, descrevendo ações sucessivas e resultados concretos.
- b) O texto é essencialmente descritivo, pois detalha com minúcia as características do trabalho do historiador, sem manifestar opinião ou juízo de valor.
- c) O texto apresenta predominância expositiva, uma vez que se limita a apresentar informações sobre a metodologia do historiador, sem procurar convencer o leitor.
- d) Predomina a tipologia argumentativa, pois o autor defende uma tese, valendo-se de raciocínios e exemplos comparativos para sustentar seu ponto de vista.
- e) O texto combina narração e injunção, pois apresenta uma sequência de ações e instrui o historiador sobre o modo correto de proceder em suas pesquisas.

4. Com base na leitura do texto, indique a afirmativa correta sobre sua significação ou estruturação.

- a) No terceiro período, é facultativo o emprego da vírgula após “*suposições*”.
- b) As duas ocorrências da palavra “*como*” têm valor de modo.
- c) A palavra “*comprometida*” se refere ao substantivo “*ficção*”.
- d) Todas as formas verbais do texto referem-se a “*cientista*”.
- e) É obrigatória a próclise do pronome “*se*” com as formas verbais “*arrisca*” e “*permite*”.

5. Em todas as frases a seguir houve a eliminação do QUE e a substituição do verbo por um substantivo correlato.

Assinale a afirmativa em que isso foi elaborado de forma adequada.

- a) O cientista, que descobriu a cura, recebeu o prêmio. / o criador da cura.
- b) A empresa, que produziu os relatórios, foi auditada. / a autora dos relatórios.
- c) A aluna, que estudou o tema, apresentou bons resultados. / a leitora do tema.
- d) O país, que cresceu economicamente, reduziu o desemprego. / o crescimento econômico.
- e) O médico, que operou o paciente, relatou o caso. / o operador do paciente.

6. Assinale a opção em que a relação lógica entre os segmentos da frase se encontra corretamente indicada.

- a) Sob o impacto do declínio da economia chinesa, / os países emergentes enfrentam baixas taxas de crescimento – relação de causa.
- b) Abra um buraco no local em que o tesouro está enterrado, / a não ser que você só esteja precisando de exercício – relação de finalidade.
- c) Os bichos são mais inteligentes / do que se pensa. – relação de proporção.
- d) Há flores em todas as estações, / assim como desatinos em todas as idades. – relação de modo.
- e) A fé remove montanhas, / mas os ecologistas são contra. – relação de conformidade.



7. Assinale a frase em que está presente a construção da voz passiva com o pronome SE.

- a) A infância perdida não **se** encontra mais.
- b) Os que desperdiçam seu tempo são os primeiros a **se** queixar de sua duração.
- c) Sempre teremos tempo bastante **se** fizermos dele uso com sabedoria.
- d) Não vou virar abóbora, **se** tiver um filho agora.
- e) É frustrante quando **se** precisa de ajuda de outrem.

8. Assinale a opção que indica a frase em que o emprego do acento grave indicativo de crase está correto.

- a) É sempre mais fácil comprar à prazo.
- b) Na formatura, mandaram-se convites às nossas antigas professoras.
- c) Queremos ver à cena de perto.
- d) Disseram palavrões à torto e a direito.
- e) As pessoas esquecem à passagem de seus ancestrais.

9. Num ato de comunicação, o conhecimento do referente é indispensável à perfeita compreensão do texto.

Assinale a opção em que o referente é identificado como referente extratextual conhecido.

- a) À noite, Sílvia recebeu a carta de seu avô.
- b) João leu a biografia de Pedro Américo.
- c) A protagonista morreu e isso foi o mais devastador.
- d) Soubemos que a seleção brasileira está bem colocada na Copa do Mundo.
- e) Ao final da história horror, os leitores ficam surpresos: o assassino é o filho do herói.

10. Um assaltante disse ao juiz: “*Senhor Juiz, minha família está passando fome, daí eu ter assaltado os bancos*”.

O argumento do assaltante mostra o seguinte problema estrutural:

- a) a premissa não é verdadeira;
- b) a premissa não é suficiente para a conclusão;
- c) a conclusão não é decorrência lógica da premissa;
- d) a conclusão não mostra relação lógica com a premissa;
- e) a estrutura tem validade, mas não tem verdade.

11. Todas as frases a seguir mostram uma locução sublinhada.

A frase em que a substituição deste termo sublinhado por um advérbio é feita de forma adequada, é:

- a) Sempre realizo as tarefas com toda a atenção / atenciosamente.
- b) A humildade é uma coisa boa, desde que praticada com moderação / modestamente.
- c) Mesmo sem estudo realizou a prova com sucesso / Intuitivamente.
- d) Sempre tenha em mente que existir já é divertido / conscientemente.
- e) O que com frequência nos impede de entregarmos a um único é termos vários / ininterruptamente.

12. “Hoje, as conversas se tornaram rápidas e fragmentadas: mensagens curtas, enviadas entre compromissos que parecem nunca acabar. E, com rotinas cada vez mais aceleradas, a profundidade do diálogo também se perdeu.”.

O comentário abaixo que se opõe ao significado ou à estruturação original desse segmento do texto 1 é:

- a) a expressão “*mensagens curtas*” reforça a ideia de comunicação apressada e superficial;
- b) a repetição da ideia de velocidade se manifesta em “*rápidas*”, “*fragmentadas*” e “*aceleradas*”;
- c) o advérbio “*também*” sugere que a perda da profundidade é um acréscimo ao conjunto de mudanças citadas;
- d) a oração “*com rotinas cada vez mais aceleradas*” indica a causa da perda da profundidade no diálogo;
- e) as “*mensagens curtas*” representam uma forma mais intensa e profunda de comunicação entre as pessoas.

## LÍNGUA INGLESA

Adolfo Sá

Harnessing artificial intelligence will help the world to tackle the climate crisis, but governments must step in to regulate the technology, the UN’s climate chief has said.

AI is being used to make energy systems more efficient, and to develop tools to reduce carbon from industrial processes. The UN is also using AI as an aid to climate diplomacy.

But concerns over the vast and increasing energy requirements of large datacentres must prompt governments to act, said Simon Stiell, executive secretary of the UN framework convention on climate change.

“AI is not a ready-made solution, and it carries risks. But it can also be a gamechanger. So we now need to blunt its dangerous edges, sharpen its catalytic ones, and put it astutely to work,” he said. “If you run a major AI platform, power it with renewables, and innovate to drive energy efficiency.”

He added: “Done properly, AI releases human capacity, not replaces it. Most important is its power to drive real-world outcomes: managing microgrids, mapping climate risk, guiding resilient planning.”

Stiell gave an upbeat assessment of the state of global climate action, saying the world was “aligning with the Paris agreement”, with renewable energy booming, and governments set to produce fresh commitments on cutting carbon.

Speaking on Monday on the sidelines of the UN general assembly in New York, where world leaders have gathered amid stark geopolitical tensions, conflict and economic strains, he made a robust defence of climate diplomacy, in the face of outright hostility from Donald Trump’s White House.

“If we look past the noise, the facts show a world aligning with the Paris agreement,” he said. “Investment in renewables has increased tenfold in 10 years. The clean energy transition is booming across almost all major economies, and hit \$2tn last year alone.”

China has led the global clean energy boom, but others – including the EU, India, African nations and Latin America – are also seeing widespread uptake of clean options. Investment has hit obstacles in the US, where Trump has ordered the dismantling of federal efforts to tackle the climate crisis, but many state governments and companies are continuing with their commitments.

Companies are seeing economic opportunities in the shift to a low-carbon world, but more finance is still needed. According to research published on Monday by the Industrial Transition Accelerator, of more than 700 low-carbon industrial installations in planning and development around the world, only 15 a year were gaining the finance necessary to go into full production. This represented a \$1.6tn (£1.2tn) opportunity for investors, the group said.

Citing the research, Stiell said: “We’re not waiting for miracles. The economics are on our side. Over 90% of new renewables cost less than the cheapest new fossil option. The technologies and solutions already exist.”

<https://www.theguardian.com/technology/2025/sep/22/ai-carries-risks-but-will-help-tackle-global-heating-says-uns-climate-chief>

13. According to the text, what is Simon Stiell's main position regarding AI and climate change?

- a) AI should be completely avoided due to its energy consumption.
- b) AI is a perfect solution that requires no government intervention.
- c) AI has potential but needs regulation and proper implementation.
- d) AI should only be used by renewable energy companies.
- e) AI is too risky to be used for climate-related purposes.

14. The phrase "blunt its dangerous edges, sharpen its catalytic ones" means that we should:

- a) completely eliminate AI technology.
- b) reduce AI's harmful aspects and enhance its beneficial ones.
- c) use AI only for military purposes.
- d) invest more money in AI development.
- e) replace human workers with AI systems.

15. The text suggests that AI can help with climate change by:

- a) replacing all human workers in energy sectors.
- b) reducing international climate diplomacy.
- c) eliminating the need for renewable energy.
- d) increasing carbon emissions from industry.
- e) overseeing microgrids and charting climate risks.

16. The text indicates that concerns about AI are primarily related to:

- a) its inability to solve climate problems.
- b) the vast energy requirements of datacentres.
- c) its high cost of implementation.
- d) the lack of government support.
- e) its incompatibility with renewable energy.

**Gabarito: B**

**Comentário:**

- **a) INCORRETA** - O texto mostra que AI pode ajudar, não que é incapaz.
- **b) CORRETA** - O texto menciona "concerns over the vast and increasing energy requirements of large datacentres".
- **c) INCORRETA** - Custo não é mencionado como preocupação principal.
- **d) INCORRETA** - O texto pede mais regulamentação governamental, não menciona falta de suporte.
- **e) INCORRETA** - AI é apresentada como compatível quando alimentada por renováveis.

17. In the sentence "*Harnessing artificial intelligence will help the world to tackle the climate crisis*", the words **HARNESSING** and **TACKLE** could be replaced, without changing its meaning, by:

- a) *Rejecting and ignoring.*
- b) *Exploiting and confronting.*
- c) *Avoiding and escaping.*
- d) *Hindering and postponing.*
- e) *Wasting and neglecting.*

18. In the sentence "*Done properly, AI releases human capacity, not replaces it.*", the expression **DONE PROPERLY** expresses:

- a) A condition, similar to "if it is done properly".
- b) A purpose, similar to "in order to be done properly".
- c) A contrast, similar to "although it is done properly".
- d) A consequence, similar to "so that it is done properly".
- e) A time reference, similar to "when it is done properly".

19. In the sentence *"Most important is its power to drive real-world outcomes: managing microgrids, mapping climate risk, guiding resilient planning."*, the pronoun **ITS** refers to:

- a) *climate risk*
- b) *resilient planning*
- c) *artificial intelligence*
- d) *human capacity*
- e) *the Paris agreement*

20. Considering the sentence *"Stiell gave an upbeat assessment of the state of global climate action"*, it is possible to state that Stiell's assessment was:

- a) *Extremely negative and pessimistic.*
- b) *Neutral, with no clear position.*
- c) *Cautious and doubtful.*
- d) *Positive and optimistic.*
- e) *Indifferent and careless.*

## FUNDAMENTOS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Sant'Anna

21. De acordo com a CE 1989, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, das entidades da administração direta e indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida:

- a) pela Assembleia Legislativa, mediante controle interno, e pelo sistema de controle externo de cada Poder.
- b) pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

c) pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

d) pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, mediante controle externo, e pelas Controladorias Gerais de cada Poder.

e) pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelas Controladorias Gerais de cada Poder.

22. Considerando o disposto na CE 1989, assinale qual das alternativas a seguir **NÃO** se enquadra como finalidade do sistema de controle interno:

- a) avaliar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado
- c) exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante do subsídio, vencimento ou salário de seus membros ou servidores
- d) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado
- e) apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional



**23.** Entende-se por Auditoria Interna Governamental a atividade independente e objetiva de avaliação e de \_\_\_\_\_, estruturada para aprimorar as operações dos órgãos e das entidades da Administração Pública estadual, auxiliando-os na consecução de seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem \_\_\_\_\_ e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de \_\_\_\_\_, controle e governança

Marque a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

- a) apuração – sistemática – gerenciamento de riscos
- b) consultoria – sistemática – auditoria baseada em riscos
- c) consultoria – documentada – gerenciamento de riscos
- d) consultoria – sistemática – gerenciamento de riscos
- e) apuração – documentada – auditoria baseada em riscos

**24.** Nos termos da LC 1.419/24, compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo:

- a) a Controladoria Geral do Estado, como órgão central, e as Ouvidorias dos órgãos e entidades da Administração Pública, como unidades setoriais.
- b) a Auditoria Geral do Estado, como órgão central, e as Ouvidorias dos órgãos e entidades da Administração Pública, como unidades setoriais.
- c) a Auditoria Geral do Estado, como órgão central, e as auditorias internas da Administração Pública direta, como unidades setoriais.
- d) a Controladoria Geral do Estado, como órgão central, e as auditorias internas da Administração Pública direta, como unidades setoriais.
- e) a Controladoria Geral do Estado, como órgão central, e as auditorias internas da Administração Pública indireta, como unidades setoriais.

**25.** Constituem atribuições da Controladoria Geral do Estado coordenar e responder pela orientação técnica dos seguintes sistemas do Poder Executivo, EXCETO:

- a) Sistema de Controle Interno;
- b) Sistema de Defesa do Patrimônio Público;
- c) Sistema de Corregedoria;
- d) Sistema de Integridade;
- e) Sistema de Transparência.

**26.** Nos termos do Decreto 69.183/24, é competência da Auditoria Geral do Estado:

- a) incentivar e promover a disseminação de formas e ferramentas de participação do usuário na Administração Pública.
- b) verificar a regularidade dos procedimentos disciplinares em curso ou já julgados por órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.
- c) apoiar os órgãos e entidades nas áreas de promoção da transparência, governo aberto, integridade pública, conduta ética e gestão de riscos.
- d) fomentar a gestão de riscos e a implementação dos controles internos administrativos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Estado.
- e) elaborar plano anual de auditoria interna, indicando os serviços de auditoria ou consultoria a serem realizados, de acordo com os critérios de planejamento e priorização estabelecidos.

**27.** Avalie os itens a seguir:

- I. A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.
- II. As instâncias da terceira linha de defesa objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada.
- III. A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

Estão corretos os itens:

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) I e II
- d) II e III
- e) I e III.

**28.** O planejamento da auditoria deve considerar as seguintes atividades, entre outras, que devem ser devidamente documentadas, EXCETO:

- a) designação do auditor responsável pela coordenação dos trabalhos.
- b) definição do objetivo e do escopo do trabalho, considerando os principais riscos existentes e a adequação e suficiência dos mecanismos de controle estabelecidos.
- c) documentação em papéis de trabalho das análises realizadas e das evidências produzidas ou coletadas.
- d) análise preliminar do objeto da auditoria.
- e) elaboração do programa de trabalho.

**29.** Processo que envolve um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela alta administração, pelos gestores e pelo corpo de servidores e empregados dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os objetivos gerais serão alcançados.

O trecho acima refere-se ao conceito de:

- a) controles internos da gestão.
- b) gerenciamento de riscos.
- c) governança.
- d) serviços de avaliação.
- e) accountability.

**30.** Durante a execução dos trabalhos de auditoria interna, foram aplicados procedimentos para verificar a suficiência, a exatidão e a validade dos dados obtidos.

No caso em tela, pode-se dizer que foi/foram aplicado(s):

- a) procedimentos analíticos substantivos.
- b) procedimentos substantivos.
- c) testes de detalhes.
- d) vouching.
- e) rastreamento.

**31.** Constitui documento utilizado pela UAIG, para solicitar à Unidade Auditada, a apresentação de documentos, de informações e de esclarecimentos, podendo ser emitido antes, durante e depois do desenvolvimento dos trabalhos de campo.

O texto acima refere-se a(o)(s):

- a) Nota de Auditoria (NA).
- b) Solicitação de Auditoria (SA).
- c) Reunião de abertura.
- d) Documento de apresentação da equipe, dos objetivos e do escopo.
- e) Documento de formalização dos trabalhos e apresentação das diretrizes.

**32.** Durante os trabalhos de campo, o auditor interno governamental obteve, de uma fonte interna da unidade auditada, diversos registros que continham informação comprobatória de contrato celebrado com um determinado fornecedor, tais como notas fiscais, notas de empenho, notas de serviço e termos do contrato.

No caso em tela, pode-se dizer que a evidência de auditoria coletada se classifica como:

- a) física.
- b) testemunhal.
- c) analítica.
- d) documental.
- e) corroborativa.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

*Nelma Fontana*

**33.** As normas constitucionais podem ser classificadas, quanto a sua aplicabilidade, como normas constitucionais de eficácia plena, eficácia contida e eficácia limitada. Sobre a norma de eficácia contida, é correto defini-la como:

- a) Norma que depende de regulamentação infraconstitucional para produzir efeitos, não sendo autoaplicável.
- b) Norma que não possui eficácia plena e imediata, necessitando de complementação legislativa para sua aplicação.
- c) Norma que possui aplicabilidade imediata e direta, mas que pode ter sua eficácia restringida por uma lei infraconstitucional.
- d) Norma que produz efeitos de forma imediata, integral e incondicionada, não podendo ser limitada por legislação infraconstitucional.
- e) Norma que possui aplicabilidade mediata, ou seja, seus efeitos dependem de um processo legislativo posterior para serem concretizados.

**34.** O estado do Rio Grande do Sul emendou a sua Constituição, para vedar o transporte e o depósito ou qualquer outra forma de disposição de resíduos que tenham sua origem na utilização de energia nuclear e de resíduos tóxicos ou radioativos, quando provenientes de outros estados ou países. A respeito do assunto, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A emenda é constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre meio ambiente.
- b) A emenda é constitucional, porque a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente, de forma que sobre o tema, a União apenas fixa as normas gerais e os estados legislam sobre as normas específicas.
- c) A emenda é inconstitucional, porque feriu a competência dos municípios para legislar sobre assunto de interesse local.
- d) A emenda é inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre contratos, indústria e comércio.
- e) É inconstitucional norma estadual que dispõe sobre a implantação de instalações industriais destinadas à produção de energia nuclear no âmbito espacial do território estadual.

**35.** O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o **Tema 698 da repercussão geral**, firmou tese segundo a qual o Poder Judiciário **pode** impor ao Poder Público a implementação de políticas públicas, desde que observados determinados limites, notadamente quando a omissão estatal viola direitos fundamentais. Considerando essa orientação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A atuação judicial é vedada, pois a definição e a execução de políticas públicas são de competência exclusiva do Poder Executivo, em respeito ao princípio da separação dos Poderes.
- b) O Judiciário pode impor ao Estado a adoção de medidas administrativas ou orçamentárias quando houver omissão que comprometa direitos fundamentais, desde que a decisão não esgote a liberdade de conformação do administrador nem imponha escolhas técnicas específicas.
- c) A intervenção judicial somente é admissível se houver prévia edição de lei autorizando expressamente a atuação do magistrado na execução da política pública.
- d) O STF entende que a determinação judicial para cumprimento de políticas públicas só é legítima quando houver previsão de dotação orçamentária específica aprovada em lei.
- e) A intervenção judicial é automática em qualquer hipótese de inércia administrativa, dispensando demonstração de violação a direitos fundamentais.

**36.** Após o regular trâmite de processo judicial, com contraditório e ampla defesa, transitou em julgado a sentença penal que condenou Bruno pela prática de crime doloso, aplicando-lhe pena privativa de liberdade de dois anos, posteriormente substituída por prestação de serviços à comunidade. Enquanto cumpre a pena, Bruno pretende participar de atividades cívicas e concorrer a cargo eletivo.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Bruno não sofreu restrição de seus direitos políticos, pois a substituição da pena por prestação de serviços descaracteriza a suspensão prevista no art. 15, III, da CF.
- b) Bruno sofreu suspensão de seus direitos políticos, ainda que a pena privativa de liberdade tenha sido substituída por restritiva de direitos, permanecendo a restrição enquanto durar o cumprimento da pena.
- c) Bruno não pode ajuizar ação popular, pois esta exige capacidade eleitoral ativa, a qual fica definitivamente cassada com a condenação criminal.
- d) Bruno pode se filiar e permanecer filiado a partido político, mas não pode exercer o voto nem disputar eleições durante o período de prestação de serviço.
- e) Bruno somente perderá os direitos políticos se houver expressa decisão judicial declaratória da suspensão após o início do cumprimento da pena.



**37.** Durante o julgamento de um processo em tribunal, o relator suscitou a inconstitucionalidade de um dispositivo legal e o órgão fracionário do tribunal, por maioria simples, afastou a aplicação da norma ao caso concreto, sem submeter a questão ao Plenário ou ao órgão especial.

À luz do sistema de controle de constitucionalidade previsto na CF/1988, é correto afirmar que o órgão julgador

- a) agiu corretamente, pois qualquer órgão judicial pode afastar a aplicação de norma inconstitucional em controle difuso, independentemente da instância.
- b) agiu incorretamente, pois mesmo no controle difuso, a declaração de inconstitucionalidade por tribunal exige o voto da maioria simples do órgão fracionário.
- c) agiu corretamente, pois a cláusula de reserva de plenário só se aplica ao controle concentrado de constitucionalidade.
- d) agiu incorretamente, pois violou a cláusula de reserva de plenário, uma vez que órgão fracionário de tribunal não pode afastar a aplicação de norma por inconstitucionalidade sem submeter a questão ao Plenário ou órgão especial.
- e) agiu corretamente, pois não houve declaração expressa de inconstitucionalidade, mas apenas o afastamento da norma ao caso concreto, o que dispensa a reserva de plenário.

**38.** O controle de constitucionalidade é um mecanismo importante para garantir a conformidade das normas jurídicas com a Constituição Federal. No direito constitucional brasileiro, aponte qual das alternativas descreve corretamente o controle de constitucionalidade difuso.

- a) É o controle realizado por qualquer juiz ou tribunal no julgamento de casos concretos, podendo declarar a inconstitucionalidade de uma norma e afastá-la do caso específico.
  - b) É o controle exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em ações diretas de inconstitucionalidade, com efeito vinculante para todos os órgãos do poder público.
  - c) É o controle realizado somente pelo Congresso Nacional durante o processo legislativo, para verificar a compatibilidade de projetos de lei com a Constituição.
  - d) É o controle que só pode ser exercido pelo Presidente da República, que pode vetar leis por inconstitucionalidade.
  - e) É o controle exercido pelos Tribunais de Contas, que avaliam a conformidade das leis orçamentárias com a Constituição.
-

**39.** Com o propósito de estabelecer medidas reguladoras da economia, o Presidente da República editou medida provisória (MP) para aumentar a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compra de moeda estrangeira. A MP foi imediatamente enviada ao Congresso Nacional, com a devida justificativa de relevância e de urgência. A medida não passou por comissão e foi levada diretamente ao Plenário da Câmara dos Deputados para votação, tendo sido aprovada, sem modificação, pela metade mais um dos presentes, sendo certo que a maioria absoluta dos parlamentares estava na sessão. No Senado, foi aprovada por maioria simples em um só turno. Em seguida, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fez a promulgação. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) A medida provisória foi rejeitada pelo Senado Federal, uma vez que o quórum exigido para a sua aprovação é o de maioria absoluta.
- b) A MP deveria ter sido analisada por comissão mista antes de seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual o vício formal apresentado é suficiente para gerar a declaração de inconstitucionalidade da lei promulgada.
- c) No processo legislativo da medida provisória, a Casa Iniciadora deve ser necessariamente a Câmara dos Deputados.
- d) Medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional, sem modificação, não se submetem à sanção e nem veto.
- e) A nova alíquota do IOF pode ser aplicada imediatamente, uma vez que a medida provisória tem força de lei e o citado imposto não se sujeita à cláusula de anterioridade tributária.

**40.** O Governador de Santa Catarina ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental contra Súmula do Tribunal Superior do Trabalho que assegura ao trabalhador o recebimento de férias em dobro em caso de atraso no pagamento. Segundo o chefe do Executivo estadual, o enunciado da Súmula, de modo geral e abstrato,

cria direito não previsto em lei, o que onera os cofres públicos. A respeito da situação narrada, aponte a assertiva correta, conforme redação da Lei 9882/1999 e de acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A Súmula do Tribunal Superior do Trabalho não poderia ser objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, por não configurar ato do Poder Público, e sim mera sintetização do entendimento do Tribunal.
- b) Assim como o Governador de Santa Catarina, qualquer pessoa interessada poderia, por meio da ADPF, questionar a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho ao Supremo Tribunal Federal.
- c) Como não há outro meio capaz de combater o enunciado da Súmula que anuncia preceito impositivo no âmbito da Justiça do Trabalho, atendido o pressuposto da subsidiariedade, cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) Conquanto caiba arguição de descumprimento de preceito fundamental para atacar enunciado de Súmula, não se verifica, na situação, nenhuma violação a preceito fundamental, uma vez que a própria constituição assegura o pagamento de férias em dobro ao trabalhador na hipótese de atraso.
- e) Diferente do que se aplica à ação direta de inconstitucionalidade, não se admite medida cautelar em arguição de descumprimento de preceito fundamental.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

**41.** Em um concurso público que reserva vagas a candidatos pretos e pardos, João foi eliminado pela comissão de heteroidentificação, que concluiu que suas características fenotípicas não correspondiam às de pessoa parda. Inconformado, João ingressou com ação judicial alegando que o ato da comissão foi arbitrário e violou seu direito de defesa. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) O Poder Judiciário pode rever livremente a decisão da comissão de heteroidentificação, substituindo-a na análise das provas e dos critérios utilizados.
- b) O Poder Judiciário não pode, em nenhuma hipótese, exercer controle sobre os atos de comissões de heteroidentificação, pois se trata de matéria interna de concurso público.
- c) É ilegítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, por ofensa aos princípios da dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- d) O controle judicial de atos da comissão de heteroidentificação em concursos públicos é possível para garantir o contraditório e a ampla defesa.
- e) O Poder Judiciário pode determinar a imediata nomeação do candidato eliminado, sempre que houver divergência entre a autodeclaração e a conclusão da comissão.

**42.** Suponha que determinado Estado da federação tenha editado uma lei estadual que conferia ao Tribunal de Contas local o poder de determinar que as controladorias-gerais do Executivo, Legislativo e Judiciário estaduais realizassem auditorias específicas, sob sua supervisão. O governador questionou a norma perante o Supremo Tribunal Federal. À luz da jurisprudência constitucional, é correto afirmar que:

- a) A norma é constitucional, pois o Tribunal de Contas exerce controle externo sobre toda a Administração Pública, podendo determinar auditorias aos órgãos internos.
- b) A norma é inconstitucional, pois viola a separação de Poderes e a autonomia dos sistemas de controle interno de cada Poder.
- c) A norma é válida apenas se houver prévia autorização do Poder Legislativo estadual.
- d) A norma é inconstitucional apenas quanto ao Poder Judiciário, que possui autonomia funcional para fiscalizar seus próprios órgãos.
- e) A norma é constitucional, pois a Constituição determina que compete ao sistema de controle interno apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

**43.** Acerca dos atos de improbidade administrativa e das decisões mais recentes dos Tribunais Superiores sobre o tema, assinale a opção correta:

- a) A vedação à condenação em solidariedade contida na Lei n. 8.429/1992 não é absoluta, pois somente é aplicável quando individualizáveis os desígnios dos agentes ativos do ato ilícito, mas não quando tenham, todos eles, participado em unidade de vontades no cometimento da improbidade, oportunidade em que se poderá atribuir a todos o dever de ressarcir integralmente os danos causados.
- b) As disposições da Lei nº 14.230/2021 não são aplicáveis aos processos em curso para regular o procedimento da tutela provisória de indisponibilidade de bens, de modo que as medidas já deferidas não poderão ser reapreciadas para fins de adequação à atual redação dada à Lei nº 8.429/1992.
- c) É vedada a utilização conjunta das Leis nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) para fundamentar uma mesma ação civil, por violação ao princípio do *non bis in idem*.
- d) A cassação da aposentadoria de servidor público, como consequência da perda da função pública por ato de improbidade administrativa, não é admissível, por ausência de previsão expressa na Lei de Improbidade Administrativa.
- e) É cabível o reconhecimento da prescrição intercorrente na fase executória da ação de improbidade.

**44.** Determinado servidor público estadual, após completar seis anos de efetivo exercício, solicitou licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares pelo prazo de dois anos. A Administração deferiu o pedido, mas exigiu que o servidor permanecesse em exercício até a publicação do ato concessivo. Após um ano de afastamento, o servidor solicitou o retorno antecipado ao cargo. Considerando as normas aplicáveis à licença para tratar de interesses particulares contidas na Lei nº 10.261/68, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor não poderia retornar antes do término do período de licença, pois o afastamento é irrenunciável após a concessão.
  - b) A licença poderia ter sido negada, mesmo com o cumprimento do tempo mínimo de exercício, se o afastamento fosse inconveniente ao interesse do serviço.
  - c) A Administração não poderia exigir que o servidor aguardasse em exercício, pois o afastamento tem efeito imediato após o protocolo do pedido.
  - d) O servidor poderia renovar a licença imediatamente após o retorno, caso houvesse interesse pessoal, sem necessidade de novo período de carência.
  - e) A licença para tratar de interesses particulares poderia ser gozada por prazo superior a dois anos, uma vez que o limite legal é de três anos.
-



**45.** Considere que, no âmbito de uma secretaria estadual, há um processo administrativo complexo que envolve simultaneamente áreas técnica, jurídica e financeira. Diante de divergências entre os setores que estão atrasando a decisão final, o secretário propôs a adoção do instituto da decisão coordenada para garantir maior celeridade. Considerando o regime jurídico aplicável (Lei nº 9.784/1999), assinale a alternativa correta:

- a) A decisão coordenada é aplicável a qualquer processo administrativo, inclusive aos de licitação e aos de natureza sancionadora, desde que haja discordância entre os órgãos envolvidos.
- b) O instituto da decisão coordenada transfere a responsabilidade integral para a instância colegiada criada, afastando a responsabilidade originária de cada órgão participante.
- c) A decisão coordenada tem por objetivo simplificar o processo administrativo mediante participação sucessiva de cada autoridade decisória, observada a hierarquia administrativa.
- d) A decisão coordenada aplica-se apenas quando houver participação de autoridades de diferentes Poderes, dada a sua natureza interinstitucional.
- e) A decisão coordenada pressupõe a atuação compartilhada e concomitante das autoridades decisórias e responsáveis pela instrução técnica e jurídica, visando eficiência e celeridade.

**46.** Determinado órgão firmou convênio com uma entidade privada para operacionalizar parte de um programa social. O acordo envolvia o compartilhamento de dados pessoais de beneficiários. Após denúncia de que tais informações estavam sendo utilizadas para fins comerciais pela entidade, a Autoridade Nacional iniciou apuração. Considerando as regras sobre o tratamento e o compartilhamento de dados pessoais pelo poder público, nos termos da Lei nº 13.709/2018, é correto afirmar que:

- a) O compartilhamento de dados pessoais com entidade privada é livre, desde que o poder público permaneça responsável pelo tratamento dos dados.
- b) O poder público pode transferir dados pessoais a entidades privadas para qualquer finalidade, desde que assegure a proteção da identidade dos titulares.
- c) O compartilhamento de dados pessoais pelo poder público com entidades privadas somente é permitido nas hipóteses legais específicas, como execução descentralizada de atividade pública, devendo o contrato ser comunicado à Autoridade Nacional.
- d) O convênio firmado entre órgão público e entidade privada não precisa ser informado à Autoridade Nacional, pois a supervisão das operações cabe exclusivamente ao órgão público contratante.
- e) É exigido sempre o consentimento do titular dos dados para qualquer compartilhamento entre órgãos públicos e entidades privadas, ainda que destinado à execução de políticas públicas.

**47.** Determinado órgão público pretende licitar uma obra de construção de ponte de médio porte. O setor técnico elaborou o projeto básico e avaliou que não seria necessária a confecção do projeto executivo, por se tratar de obra simples. À luz das regras da Lei nº 14.133/2021 e dos conceitos aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- a) O projeto executivo pode ser dispensado em qualquer obra, a critério da Administração, desde que haja previsão orçamentária para execução.
- b) A dispensa do projeto executivo é possível apenas se o estudo técnico preliminar demonstrar a inexistência de prejuízo para aferição dos padrões de desempenho e qualidade, podendo o objeto ser especificado em termo de referência ou projeto básico.
- c) O projeto executivo é sempre obrigatório antes da licitação, inclusive nos regimes de contratação integrada e semi-integrada.
- d) O anteprojeto deve obrigatoriamente substituir o projeto básico nas licitações de obras comuns.
- e) O projeto básico e o termo de referência devem coexistir em todas as licitações de obras e serviços.

**48.** Sobre o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos da Lei nº 14.133/21, é correto afirmar que:

- a) O PNCP é um sistema de uso facultativo pelos entes federativos, cuja adesão depende de regulamentação própria de cada esfera de governo.
- b) O PNCP tem por finalidade exclusiva servir como base de dados para registros de contratos administrativos firmados pela União, sendo vedado seu uso pelos Estados e Municípios.
- c) O PNCP substitui integralmente os portais de transparência dos órgãos e entidades públicas, centralizando todas as informações orçamentárias e financeiras.
- d) O PNCP é o portal oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória das contratações públicas, no qual devem ser publicados editais,

avisos, resultados, contratos e outros documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

- e) O PNCP é um sistema de apoio operacional gerido pelo Tribunal de Contas da União, responsável pela gestão e fiscalização de todas as licitações e contratos no âmbito federal.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

*Stefan Fantini*

**49.** O planejamento voltado para o longo prazo, elaborado pela alta administração e direcionado à organização como um todo, é denominado:

- a) planejamento operacional.
- b) planejamento tático.
- c) planejamento gerencial.
- d) planejamento intermediário.
- e) planejamento estratégico.

**50.** Os fragmentos a seguir foram extraídos do site da Controladoria Geral do Estado de São Paulo (CGE-SP).

“Fortalecer a gestão pública por meio da auditoria interna, do combate à corrupção e da disseminação de mecanismos de integridade, transparência e participação social, visando à excelência dos serviços prestados à sociedade.”

“Ser reconhecida pela sociedade e Administração Pública como referência no combate à corrupção e na promoção de uma gestão eficiente, íntegra e transparente.”

“Transparência; excelência na gestão; integridade e ética; foco no cidadão; prevalência do interesse público; inovação.”

Esses fragmentos representam, respectivamente:

- a) a visão, a missão e os valores da CGE-SP.
- b) a missão, os valores e a visão da CGE-SP.
- c) a missão, a visão e os valores da CGE-SP.
- d) a visão, os valores e a missão da CGE-SP.
- e) os valores, a visão e a missão da CGE-SP.

**51.** O ciclo PDCA é amplamente utilizado na gestão da qualidade e busca promover a melhoria contínua. No momento em que a organização adota medidas para corrigir falhas identificadas e evitar que elas se repitam, está atuando na fase

- a) Plan (P).
- b) Do (D).
- c) Check (C).
- d) Act (A).
- e) Control (C).

**52.** Indique a alternativa que não traz uma das fases do ciclo de políticas públicas.

- a) Implementação.
- b) Prestação de contas.
- c) Construção da agenda.
- d) Formulação da política.
- e) Avaliação.

**53.** O governo federal criou um programa que concede computadores e acesso gratuito à internet para alunos de baixa renda matriculados em escolas públicas, custeado com recursos do orçamento da União. Essa política pública, que gera benefícios concentrados em um grupo específico e custos compartilhados por toda a sociedade, é classificada como

- a) Regulatória.
- b) Redistributiva.
- c) Distributiva.
- d) Estruturante.
- e) Gratuita.

**54.** Após quatro anos de execução, um programa estadual voltado à alfabetização foi encerrado. Os gestores decidiram analisar os resultados obtidos para verificar se as metas e os objetivos definidos no início foram efetivamente alcançados. Esse tipo de avaliação, realizada ao final da política pública, denomina-se

- a) Avaliação In Itinere.
- b) Avaliação Concomitante.
- c) Avaliação Ex Ante.
- d) Avaliação Ex Post.
- e) Avaliação de Processo.

---

### **LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E MECANISMOS DE INTEGRIDADE**

*Giulian Salvador*

**55.** Considerando a estrutura e as competências da Controladoria-Geral do Estado de São Paulo (CGE/SP), conforme a Lei Complementar nº 1.419/2024 e o Decreto nº 69.183/2024, assinale a alternativa correta.

- a) A Controladoria-Geral do Estado não pode instaurar procedimentos de responsabilização de agentes privados.
  - b) O Controlador-Geral do Estado não possui competência para declarar nulidades em processos administrativos, mesmo após parecer técnico, devendo submeter tais casos ao Governador.
  - c) A Subsecretaria de Integridade Pública e Privada atua apenas como unidade de assessoramento técnico, sem exercer função central de sistema no âmbito da CGE.
  - d) Compete ao Controlador-Geral do Estado declarar a nulidade de processos administrativos após parecer técnico.
  - e) A Ouvidoria-Geral do Estado atua exclusivamente como canal de denúncias, sem competência para decidir recursos relacionados à Lei de Acesso à Informação.
-

**56.** A respeito da estrutura e das finalidades do Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual de São Paulo, conforme a Lei Complementar nº 1.419/2024 e o Decreto nº 69.183/2024, assinale a alternativa correta.

- a) O Sistema de Correição é centralizado nas corregedorias setoriais dos órgãos da administração direta e indireta, sem órgão central coordenador.
- b) A Controladoria Geral do Estado atua apenas como órgão auxiliar do Sistema de Correição, não possuindo competência para avocar processos disciplinares em curso.
- c) A Corregedoria Geral do Estado integra o Sistema de Ética e Responsabilização Paulista.
- d) As unidades específicas de correição possuem competência meramente consultiva, cabendo exclusivamente às chefias imediatas instaurar procedimentos disciplinares.
- e) O Sistema de Correição tem enfoque no registro formal de sanções disciplinares.

### LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E MECANISMOS DE INTEGRIDADE

*Elder Loureiro*

**57.** Pedro foi aprovado no concurso da CGE/SP. Em exercício, tratava as pessoas com urbanidade, era assíduo e mantinha iniciativas colaborativas e proativas, atendendo, inclusive, demandas para entrega de trabalhos fora do horário de expediente. Aperfeiçoava-se permanentemente para o exercício de sua função pública, compartilhando sempre qualquer informação para a melhoria dos fluxos de trabalho, e utilizava todos os sistemas eletrônicos para quaisquer atividades de interesse público. Quando soube de fato contrário à lei, comunicou, após três dias, a ocorrência à sua chefia. No caso, Pedro apenas cumpriu o Código de Ética quanto ao:

- a) atendimento de demandas para entrega de trabalhos.

- b) aperfeiçoamento permanente para o exercício de sua função pública.
- c) compartilhamento de informação para a melhoria dos fluxos de trabalho.
- d) uso dos sistemas eletrônicos.
- e) prazo de comunicação da ocorrência de fato contrário à legislação.

**58.** Jorge precisava agendar a realização de compromisso público, consistente em atividade geral aberta ao público, como solenidade. João corretamente explicou que, consoante o Decreto nº 68.829/2024 do Estado de São Paulo, tratava-se de um(a):

- a) Audiência.
- b) Audiência pública.
- c) Evento.
- d) Reunião.
- e) Despacho interno.

**59.** Beatriz, Diretora de Fomento à Integridade da Controladoria Geral do Estado de São Paulo, explicou a seus subordinados as situações que configuram, ou não, conflito de interesses. Indagada por colaboradores sobre algumas situações, declarou que só não configuraria conflito de interesses real, consoante o Decreto nº 69.474/2025 do Estado de São Paulo:

- a) Fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio, obtida em razão do exercício de atividade particular.
- b) Manter relação de negócio, em nome de pessoa jurídica, com pessoa jurídica que tenha interesse em decisão de colegiado do qual o agente público participe.
- c) Atuar como procurador de interesses privados em sociedade de economia mista estadual.
- d) Utilizar-se do emprego para influenciar de maneira imprópria o processo decisório no desempenho da função pública.
- e) Prestar serviços em caráter eventual a empresa cuja atividade seja regulada por entidade ao qual o agente público esteja vinculado.



60. O Decreto nº 68.829/2024 do Estado de São Paulo dispõe sobre vedação, medidas de prevenção e detecção do nepotismo e responsabilização de servidores e agentes públicos na Administração Pública direta e autárquica. Inclui-se nas vedações do decreto a:

- a) Nomeação de empregado público permanente, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do emprego de origem e a qualificação profissional do empregado.
- b) Contratação realizada anteriormente ao início do vínculo familiar entre o agente público e o contratado.
- c) Nomeação de pessoa sem vínculo efetivo com a Administração Pública para cargo em comissão de nível hierárquico mais alto que o da outra autoridade conflitante.
- d) Designação não remunerada para colegiado, desde que o membro deste represente a Administração Pública estadual.
- e) Nomeação para cargo de natureza política.

## MÓDULO II

### CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

*Gilmar Possati*

61. A Prefeitura do Município Audazes dos Pampas, durante o exercício financeiro de 2024, efetuou as seguintes operações relacionadas à gestão de suas despesas:

- 1. Em 10/05/2024, empenhou R\$ 150.000 para a aquisição de equipamentos de segurança para escolas. Os equipamentos foram entregues em 20/05/2024 e o ateste de recebimento foi emitido em 25/05/2024. O pagamento foi agendado para 10/06/2024.
- 2. Em 15/07/2024, empenhou R\$ 80.000 para a contratação de serviços de limpeza urbana. Os serviços foram integralmente prestados e atestados em 30/07/2024, e o pagamento foi efetuado em 05/08/2024.

3. Em 01/12/2024, empenhou R\$ 50.000 para a compra de licenças de software para a área de saúde, com entrega e instalação previstas para 15/01/2025.

4. Em 05/11/2024, emitiu uma Ordem Bancária no valor de R\$ 20.000 para o pagamento de um fornecedor de material de expediente, cujo empenho e liquidação ocorreram em outubro de 2024.

Considerando os estágios da despesa orçamentária (empenho, liquidação e pagamento) e as definições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção que indica corretamente o valor total das despesas **liquidadas** e **pagas** para o exercício de 2024 que o Município Audazes dos Pampas deve reportar em seu Balanço Orçamentário:

- a) Despesas Liquidadas: R\$ 280.000; Despesas Pagas: R\$ 100.000.
- b) Despesas Liquidadas: R\$ 280.000; Despesas Pagas: R\$ 80.000.
- c) Despesas Liquidadas: R\$ 230.000; Despesas Pagas: R\$ 100.000.
- d) Despesas Liquidadas: R\$ 230.000; Despesas Pagas: R\$ 80.000.
- e) Despesas Liquidadas: R\$ 150.000; Despesas Pagas: R\$ 80.000.

**62.** O Estado do Planalto Central, visando equilibrar suas contas públicas, implementou uma nova política de arrecadação. A equipe de contabilidade está revisando o registro das deduções da receita orçamentária para o Balanço Orçamentário de 2024. Foram identificadas as seguintes ocorrências:

- 1.** Receita Bruta de ICMS arrecadada: R\$ 100.000.000.
- 2.** Dedução para o FUNDEB sobre o ICMS (20%): R\$ 20.000.000.
- 3.** Transferência Constitucional de 25% do ICMS para os Municípios: R\$ 25.000.000.
- 4.** Restituição de ICMS pago a maior por contribuinte, ocorrida em 15/12/2024, referente a valor arrecadado em julho de 2024: R\$ 500.000.
- 5.** Restituição de ICMS pago a maior por contribuinte, ocorrida em 10/01/2025, referente a valor arrecadado em maio de 2024: R\$ 300.000.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), qual o valor total das **deduções da receita orçamentária** a ser reportado no Balanço Orçamentário do Estado do Planalto Central para o exercício de 2024?

- a) R\$ 45.500.000.
- b) R\$ 45.800.000.
- c) R\$ 45.000.000.
- d) R\$ 45.300.000.
- e) R\$ 20.000.000.

**63.** A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) passou por significativas transformações nas últimas décadas, impulsionadas pela busca por maior transparência, responsabilização e comparabilidade internacional. Essa evolução é refletida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Considerando os aspectos introdutórios da Contabilidade Pública, assinale a opção que apresenta uma correta caracterização da evolução e do propósito atual da CASP no Brasil:

- a) A Lei nº 4.320/1964 introduziu um forte viés patrimonialista na contabilidade pública, focando na mensuração de ativos e passivos a valor justo desde sua promulgação.
- b) O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público (IPSAS) buscou, primordialmente, adaptar a contabilidade pública brasileira aos modelos de contabilidade financeira empresarial, visando à apuração do lucro para o governo.
- c) A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 2000, ao exigir a consolidação nacional das contas públicas, impulsionou a necessidade de um plano de contas com abrangência nacional, mas manteve o enfoque exclusivo na execução orçamentária.
- d) O MCASP, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com abrangência nacional, resgata o objeto da contabilidade – o patrimônio – e busca a convergência aos padrões internacionais, tendo sempre em vista a legislação nacional vigente e os princípios da ciência contábil.
- e) A principal diferença entre a contabilidade pública e a privada reside hoje apenas na nomenclatura das demonstrações, sendo que os princípios, conceitos e métodos de reconhecimento e mensuração se tornaram idênticos.

**64.** A NBC TSP Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. Entre esses conceitos, as **Características Qualitativas da Informação Contábil** são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. Sobre a característica qualitativa da **Relevância**, é correto afirmar que a informação contábil:

- a) É relevante quando representa fielmente um fenômeno, de modo completo, neutro e livre de erro, ajudando a assegurar que a informação representa os fenômenos que se propõe a representar.
- b) É relevante quando está disponível para os usuários antes que ela perca sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão.
- c) É capaz de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, tendo valor confirmatório, preditivo ou ambos.
- d) É relevante quando possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos, como as demonstrações contábeis de diferentes períodos da mesma entidade.
- e) É uma qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado, sendo aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

**65.** A Companhia de Limpeza Urbana do Nordeste (COLUN), uma empresa pública dependente, está elaborando suas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público para o exercício de 2024. Para o Balanço Patrimonial, a COLUN precisa classificar corretamente seus ativos e passivos. Considere os seguintes itens:

- 1. Um terreno adquirido para uso futuro não definido, que está sendo mantido para valorização de capital.
- 2. Contas a pagar a fornecedores, com vencimento em até 6 meses.
- 3. Equipamentos de coleta de lixo, com vida útil estimada em 7 anos, em uso pela Companhia.
- 4. Empréstimo bancário de longo prazo, com parte a ser paga nos próximos 12 meses e o restante em 3 anos.
- 5. Ações de outras entidades adquiridas com o propósito de negociação imediata.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), qual a correta classificação desses itens no Balanço Patrimonial da COLUN para o exercício de 2024?

- a) Item 1 como Investimentos; Item 2 como Passivo Circulante; Item 3 como Ativo Não Circulante - Imobilizado; Item 4 como Passivo Circulante (parcela de curto prazo) e Passivo Não Circulante (parcela de longo prazo); Item 5 como Ativo Circulante.
- b) Item 1 como Ativo Imobilizado; Item 2 como Passivo Circulante; Item 3 como Ativo Não Circulante - Imobilizado; Item 4 como Passivo Circulante (integralmente); Item 5 como Ativo Não Circulante.
- c) Item 1 como Ativo Não Circulante; Item 2 como Passivo Circulante; Item 3 como Ativo Circulante; Item 4 como Passivo Circulante (parcela de curto prazo) e Passivo Não Circulante (parcela de longo prazo); Item 5 como Ativo Não Circulante.
- d) Item 1 como Ativo Intangível; Item 2 como Passivo Não Circulante; Item 3 como Ativo Não Circulante - Imobilizado; Item 4 como Passivo Circulante (parcela de curto prazo) e Passivo Não Circulante (parcela de longo prazo); Item 5 como Ativo Circulante.
- e) Item 1 como Investimentos; Item 2 como Passivo Não Circulante; Item 3 como Ativo Circulante; Item 4 como Passivo Circulante (integralmente); Item 5 como Ativo Circulante.

**66.** A mensuração é um processo crucial na contabilidade, que envolve determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados. No contexto do setor público, a seleção da base de mensuração para ativos e passivos não se dá de forma única, mas busca satisfazer objetivos específicos que diferem daquele do setor privado.

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a seleção da base de mensuração para ativos e passivos contribui primariamente para fornecer informação que possibilite aos usuários avaliar, EXCETO:

- a) O custo dos serviços prestados no período, seja em termos históricos ou atuais.
- b) A capacidade operacional, que representa a habilidade da entidade em suportar a prestação de serviços futuros por meio de recursos físicos e outros.
- c) A capacidade financeira, que reflete a aptidão da entidade em financiar suas próprias atividades.
- d) O potencial de mercado para a alienação de ativos não operacionais em ambientes de alta volatilidade, visando a ganhos de capital para distribuição de dividendos.
- e) O grau de observância das características qualitativas, ao mesmo tempo em que considera as restrições sobre a informação nas demonstrações contábeis.

**67.** A NBC TSP Estrutura Conceitual define os elementos das demonstrações contábeis como as estruturas básicas a partir das quais essas demonstrações são elaboradas. Esses elementos são fundamentais para o reconhecimento, classificação e agregação de dados econômicos, visando fornecer informações úteis aos usuários.

Considerando as definições e critérios estabelecidos na NBC TSP Estrutura Conceitual e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) sobre os elementos das demonstrações contábeis, analise as afirmativas a seguir:

- I. Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado, cuja forma física é uma condição necessária para sua caracterização.
- II. Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade, e sua existência depende da possibilidade de ser exigível legalmente.
- III. As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Diminutivas (VPD) são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade e afetam o resultado, sendo que a VPA corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida não oriundos de contribuições dos proprietários.
- IV. O Patrimônio Líquido é a diferença entre os ativos e os passivos da entidade, sendo que sua composição não é influenciada pelas variações patrimoniais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) III, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I, II e IV, apenas.



68. A Secretaria Municipal de Saúde do Município Audazes dos Pampas, ao final do exercício de 2024, compilou os seguintes eventos econômicos que impactaram seu patrimônio, registrados em conformidade com o regime de competência, para a elaboração de sua Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP):

1. **Receita de serviços ambulatoriais** prestados a outras municipalidades: R\$ 3.500.000.
2. **Consumo de medicamentos e materiais hospitalares**: R\$ 2.800.000.
3. **Doação em dinheiro** recebida para campanhas de vacinação: R\$ 700.000.
4. **Despesas com pessoal** (salários e encargos sociais): R\$ 4.200.000.
5. **Depreciação de equipamentos médicos**: R\$ 350.000.
6. **Reversão de Ajuste para Perdas de Créditos** (decorrente de recuperação de valores que antes se consideravam duvidosos): R\$ 120.000.
7. **Juros de empréstimos bancários** incorridos no período: R\$ 80.000.
8. **Constituição de provisão** para ações trabalhistas, estimada com alta probabilidade de perda: R\$ 180.000.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção que indica corretamente o **Resultado Patrimonial do Período** (Superávit ou Déficit) para a Secretaria Municipal de Saúde de Audazes dos Pampas em 2024:

- a) Superávit de R\$ 3.290.000.
- b) Déficit de R\$ 3.290.000.
- c) Superávit de R\$ 3.110.000.
- d) Déficit de R\$ 3.470.000.
- e) Déficit de R\$ 3.200.000.

69. A NBC TSP Estrutura Conceitual define os elementos das demonstrações contábeis como as estruturas básicas a partir das quais essas demonstrações são elaboradas. Esses elementos são fundamentais para o reconhecimento, classificação e agregação de dados econômicos, visando fornecer informações úteis aos usuários.

Considerando as definições e critérios estabelecidos na NBC TSP Estrutura Conceitual e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) sobre os elementos das demonstrações contábeis, analise as afirmativas a seguir:

- I. Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado, cuja forma física é uma condição necessária para sua caracterização.
- II. Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade, e sua existência depende da possibilidade de ser exigível legalmente.
- III. As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Diminutivas (VPD) são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade e afetam o resultado, sendo que a VPA corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida não oriundos de contribuições dos proprietários.
- IV. O Patrimônio Líquido é a diferença entre os ativos e os passivos da entidade, sendo que sua composição não é influenciada pelas variações patrimoniais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) III, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I, II e IV, apenas.

**70.** A Lei nº 4.320/1964 estabelece as diretrizes e a estrutura das demonstrações contábeis a serem elaboradas pelas entidades do setor público. Embora o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) as atualize em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), as disposições originais da Lei ainda são a base para a compreensão de alguns demonstrativos.

Considerando as disposições da Lei nº 4.320/1964 sobre as demonstrações contábeis e a sua caracterização no MCASP, assinale a alternativa correta:

- a) O Balanço Orçamentário, conforme a Lei nº 4.320/1964, deve demonstrar as receitas e despesas realizadas em confronto com os recebimentos e pagamentos extraorçamentários.
- b) A Lei nº 4.320/1964 classifica o ativo em Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, priorizando a liquidez e o ciclo operacional para a apresentação no Balanço Patrimonial.
- c) O Balanço Financeiro, pela Lei nº 4.320/1964, evidencia as receitas e despesas orçamentárias, os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.
- d) O Resultado Patrimonial do Período, conforme a Lei nº 4.320/1964, é apurado por meio do Balanço Patrimonial e reflete a diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro para fins de superávit orçamentário.
- e) O Passivo Permanente, segundo a Lei nº 4.320/1964, compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

**71.** A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, impactou profundamente a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) no Brasil. Entre suas diversas disposições, a LRF trouxe requisitos importantes para a escrituração e a consolidação das contas públicas.

Considerando os termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), é correto afirmar que:

- a) A LRF delegou aos Tribunais de Contas a competência exclusiva para estabelecer o plano de contas e os procedimentos de escrituração contábil para todos os entes da Federação, visando à consolidação nacional das contas públicas.
- b) A exigência da LRF de consolidação nacional das contas públicas permitiu que cada ente da Federação mantivesse autonomia completa na definição de seus próprios sistemas e padrões contábeis, desde que os dados fossem anualmente convertidos para um formato único pela União.
- c) A LRF atribuiu ao Poder Executivo da União a responsabilidade de promover a consolidação nacional e por esfera de governo das contas dos entes da Federação, o que levou à necessidade de padronização de informações e sistemas contábeis sob a coordenação do órgão central de contabilidade da União (Secretaria do Tesouro Nacional - STN).
- d) Para fins de consolidação, a LRF focou exclusivamente nos aspectos orçamentários, dispensando a necessidade de padronização da escrituração patrimonial para os estados e municípios, visto que esses aspectos são irrelevantes para a gestão fiscal.
- e) A LRF estabeleceu que a responsabilidade pela escrituração e consolidação das contas públicas é apenas dos Poderes Executivos de cada ente federativo, excluindo do alcance dessa exigência os Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público.

**72.** A gestão fiscal responsável, balizada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), impõe aos entes da Federação o controle rigoroso de sua dívida e do endividamento. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) detalha as definições básicas desses conceitos em conformidade com a LRF.

Considerando as definições de dívida e operações de crédito no âmbito da LRF, conforme apresentado no MCASP, assinale a afirmativa **correta**:

- a) A Dívida Pública Consolidada abrange o montante total das obrigações financeiras do ente, independentemente do prazo de amortização, desde que decorrentes de operações de crédito.
- b) Operação de crédito, segundo a LRF, refere-se exclusivamente aos empréstimos e financiamentos obtidos junto a instituições financeiras, com ingresso efetivo de recursos nos cofres públicos.
- c) A Dívida Consolidada Líquida é calculada a partir do montante da Dívida Pública Consolidada, acrescido das disponibilidades de caixa e das aplicações financeiras.
- d) O parcelamento de débitos preexistentes junto a instituições não-financeiras não se equipara à operação de crédito, desde que não implique elevação do montante da dívida consolidada líquida.
- e) O recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços não é considerado operação de crédito pela LRF, por se tratar de receita comercial.

**73.** O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é um instrumento essencial de transparência e controle na gestão pública brasileira, com sua estrutura e conteúdo definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e detalhados em manuais complementares. Ele é central para evidenciar o aspecto fiscal da contabilidade aplicada ao setor público.

De acordo com as disposições da LRF e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), é correto afirmar sobre o Relatório de Gestão Fiscal (RGF):

- a) O RGF tem como foco principal a comparação entre o orçamento aprovado e os valores realizados da receita e despesa orçamentária, independentemente dos limites e condições impostos pela LRF.
- b) A principal função do RGF é apresentar a situação patrimonial detalhada da entidade, evidenciando seus ativos e passivos de longo prazo, com pouca ênfase nos indicadores de endividamento.
- c) O RGF é um dos principais instrumentos para evidenciar o aspecto fiscal da contabilidade, destacando-se pela apuração e evidenciação dos indicadores estabelecidos pela LRF, como a despesa com pessoal, as operações de crédito e a dívida consolidada, visando verificar o equilíbrio das contas públicas.
- d) Sua elaboração é restrita à União e aos Estados, sendo facultativa para os Municípios que apresentem receita corrente líquida inferior a um determinado patamar, devido à irrelevância de seu impacto fiscal.
- e) O RGF é um relatório de periodicidade anual que consolida os resultados financeiros das operações de crédito, sem considerar os limites de despesa com pessoal, que são tratados em demonstrativos específicos e separados.

**74.** O Balanço Financeiro é uma das demonstrações contábeis obrigatórias para as entidades do setor público, conforme estabelecido pela Lei nº 4.320/1964 e detalhado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Este demonstrativo tem como finalidade evidenciar os fluxos financeiros ocorridos durante o exercício.

De acordo com as disposições do MCASP, assinale a opção que descreve corretamente o propósito e a composição do Balanço Financeiro:

- a) O Balanço Financeiro compara as receitas e despesas orçamentárias planejadas com as efetivamente empenhadas, oferecendo uma visão da execução do orçamento sob o regime de competência.
- b) O Balanço Financeiro destina-se a demonstrar o ativo e o passivo financeiro em confronto com o Ativo Permanente, apurando o Superávit Financeiro do exercício.
- c) O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.
- d) O principal objetivo do Balanço Financeiro é apresentar o resultado patrimonial do período, ou seja, a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, sob o regime de competência.
- e) A estrutura do Balanço Financeiro é organizada por programas e ações, permitindo a avaliação da economicidade e eficiência dos gastos públicos em relação às metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA).

**75.** O Balanço Patrimonial é uma das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) cuja finalidade é evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública ao final do exercício financeiro. Sua estrutura e classificação de contas no setor público possuem particularidades importantes em relação à contabilidade do setor privado.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), sobre o Balanço Patrimonial, assinale a afirmativa **correta**:

- a) A Lei nº 4.320/1964 estabelece que o ativo e o passivo sejam classificados em Circulante e Não Circulante, com base na liquidez e no ciclo operacional, enquanto as NBC TSP introduziram a classificação em Financeiro e Permanente.
  - b) O Balanço Patrimonial deve apresentar os ativos e passivos simultaneamente classificados em Circulante e Não Circulante (perspectiva das normas contábeis) e em Financeiro e Permanente (perspectiva da Lei nº 4.320/1964), para atender à dualidade de propósitos de liquidez e autorização orçamentária.
  - c) Os bens de uso comum do povo, como ruas e praças, são excluídos do Balanço Patrimonial, pois não geram benefícios econômicos diretos para a entidade e não podem ser alienados.
  - d) O Patrimônio Líquido no setor público é sinônimo de Superávit Financeiro e representa a diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, sendo uma fonte para a abertura de créditos adicionais.
  - e) O Balanço Patrimonial deve ser elaborado com base exclusiva no regime de caixa, para refletir a disponibilidade imediata dos recursos e as obrigações de curto prazo, desprezando os aspectos de competência.
-

**76.** As Notas Explicativas constituem parte integrante das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), sendo fundamentais para aprimorar a compreensão das informações financeiras e não financeiras apresentadas. Elas complementam e detalham o conteúdo dos demonstrativos principais.

De acordo com as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a afirmativa **correta** sobre este componente:

- a) As Notas Explicativas podem ser utilizadas para retificar erros ou omissões materiais nas demonstrações contábeis principais, sem a necessidade de reapresentação retrospectiva, desde que o erro seja devidamente justificado.
- b) A informação evidenciada nas Notas Explicativas deve se restringir a dados quantitativos, para evitar subjetividade e garantir a verificabilidade, excluindo-se descrições narrativas de políticas contábeis.
- c) É esperado que as Notas Explicativas divulguem, entre outras informações gerais, a natureza das operações da entidade e as principais atividades que realiza, auxiliando os usuários a contextualizar os dados apresentados.
- d) Para evitar sobrecarga de informação, as Notas Explicativas devem priorizar a repetição exata dos montantes já expostos nos quadros principais, utilizando-os como base para qualquer detalhamento.
- e) A divulgação de estimativas e julgamentos pela administração nas Notas Explicativas é desnecessária, pois pressupõe-se que todos os valores nos demonstrativos sejam mensurados com precisão absoluta, eliminando incertezas.

**77.** A NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público (NBC TSP EC) estabelece os conceitos fundamentais para a contabilidade aplicada ao setor público, incluindo as características qualitativas da informação contábil. Essas características são atributos que tornam a informação útil para os usuários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs).

Sobre a característica qualitativa da **Representação Fidedigna**, de acordo com a NBC TSP EC, assinale a afirmativa **correta**:

- a) A Representação Fidedigna é alcançada quando a informação é capaz de influenciar as decisões dos usuários, independentemente de ser completa, neutra ou livre de erro material.
- b) Para que a informação seja fidedigna, ela deve ser, acima de tudo, exata em todos os seus aspectos, não permitindo o uso de estimativas, que introduzem incertezas.
- c) A Representação Fidedigna exige que a representação do fenômeno seja completa, neutra e livre de erro material, o que significa que não pode haver viés na seleção e apresentação da informação.
- d) O principal objetivo da Representação Fidedigna é permitir que os usuários identifiquem semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos, aprimorando a comparabilidade.
- e) Uma informação pode ser considerada fidedigna mesmo que seja apresentada de forma tendenciosa, desde que o objetivo seja promover um determinado comportamento desejado pela gestão.



**78.** A NBC TSP 34 – Custos no Setor Público estabelece diretrizes e padrões para a implementação de um sistema de custos nas entidades do setor público. Esta Norma reconhece a importância da informação de custos como instrumento de governança pública e para diversos processos gerenciais, buscando aprimorar a qualidade do gasto público.

Considerando as disposições da NBC TSP 34 sobre o sistema de custos e as responsabilidades na gestão da informação, assinale a afirmativa **correta**:

- a) O principal objetivo do sistema de custos é mensurar e evidenciar os custos dos bens e serviços entregues à sociedade, bem como dos demais objetos de custos, para apoiar a avaliação de desempenho e a tomada de decisão em processos gerenciais.
- b) As características qualitativas da informação de custos, como relevância e representação fidedigna, são exclusivas da NBC TSP 34 e não se alinham com as definidas na NBC TSP Estrutura Conceitual, para evitar conflitos de interpretação sobre a natureza dos custos.
- c) A alta administração da entidade é responsável por prover efetivo apoio à geração da informação de custos, mas a responsabilidade pela qualidade dos dados de origem e pelo uso das informações nos processos decisórios recai exclusivamente sobre o profissional da contabilidade.
- d) Perdas por redução ao valor recuperável, indenizações ou catástrofes devem ser consideradas como custos e atribuídas aos objetos de custos, por representarem consumo de recursos da entidade de forma direta.
- e) Embora os gestores sejam os principais usuários da informação de custos, a norma preconiza que os relatórios de custos específicos para eles devam ser padronizados e agregados para garantir a comparabilidade com outras entidades, dispensando informações customizadas.

**79.** Uma entidade do setor público, conforme a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, está revisando seu modelo de gerenciamento de custos para assegurar a representação fidedigna do consumo

de recursos. Em sua operação, a entidade se beneficia de diversos recursos que não envolvem desembolso financeiro direto, tais como:

- Um imóvel cedido gratuitamente por outro órgão da mesma esfera de governo para suas atividades administrativas.
- Serviços de consultoria especializada prestados por uma universidade parceira, sem custo para a entidade.
- Material de expediente doado por uma fundação privada, utilizado regularmente nas rotinas do escritório.

A equipe de contabilidade questiona a necessidade e a forma de atribuição desses recursos aos objetos de custos, dado que a entidade não arca com o pagamento direto por eles.

De acordo com as diretrizes da NBC TSP 34 sobre a atribuição de custos de recursos que não geram desembolso, assinale a afirmativa **correta**:

- a) Os recursos utilizados gratuitamente pela entidade, por não gerarem desembolso, devem ser tratados como ajustes de avaliação patrimonial e não atribuídos diretamente aos objetos de custos, para evitar distorções no cálculo do custo real.
- b) A atribuição de custos de recursos que não geram desembolso é facultativa, uma vez que a norma prioriza a simplicidade e a economicidade do sistema de custos, sendo obrigatória apenas para recursos com impacto material no orçamento da entidade.
- c) Os recursos consumidos, mesmo que a entidade não seja responsável pelo desembolso, devem ser atribuídos aos objetos de custos com o objetivo de representar com fidedignidade o custo efetivo dos recursos utilizados, independentemente de ter havido ou não desembolso.
- d) Somente o custo do material de expediente doado deve ser atribuído aos objetos de custos, por ser um item tangível e de fácil mensuração a valor de mercado, diferentemente dos serviços e bens imóveis cedidos.
- e) A NBC TSP 34 não aborda especificamente a atribuição de custos de recursos que não geram desembolso, deixando essa decisão a cargo da alta administração da entidade, com base em suas políticas internas.

**80.** O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é uma ferramenta de padronização contábil obrigatória para as entidades do setor público no Brasil, visando garantir a uniformidade, a comparabilidade e a transparência das informações. Sua estrutura é hierárquica e detalhada, composta por classes, grupos, contas e desdobramentos, além de atributos específicos para cada conta.

Ao analisar a conta contábil **1.2.3.1.2.00.00 – Depreciação Acumulada de Imóveis**, qual das seguintes afirmativas sobre a sua classificação e atributos no PCASP é **correta**?

- a) O primeiro dígito (1) classifica a conta na Natureza da Informação de Controle, indicando uma obrigação a ser acompanhada.
- b) A conta 1.2.3.1.2.00.00 é uma conta de resultado (Variação Patrimonial Diminutiva), pois registra a desvalorização de um ativo.
- c) Como conta retificadora do Ativo Imobilizado, a Depreciação Acumulada de Imóveis possui, por natureza, um atributo de saldo credor.
- d) O nível de detalhe do PCASP permite que as entidades do setor público criem novas contas personalizadas a partir do primeiro nível (Classe), de acordo com suas necessidades específicas.
- e) O código de 9 dígitos e 7 níveis do PCASP serve para identificar unicamente a conta em questão, mas não fornece informações sobre a sua hierarquia ou a qual grupo de contas ela pertence.

## AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLE INTERNO

*Tonyvan Carvalho*

**81.** A Constituição do Estado de São Paulo estabelece que o Sistema de Controle Interno (SCI) tem por finalidade, entre outras, avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado, bem como os resultados da gestão nos

órgãos e entidades da Administração Estadual. De acordo com o Referencial Técnico da CGE/SP (2023) e a Constituição Estadual de 1989, é correto afirmar que:

- a) o SCI atua apenas como instância consultiva do controle externo, sem competência própria de avaliação ou fiscalização.
- b) a função central do SCI é assessorar os órgãos de governo na emissão de pareceres jurídicos sobre execução orçamentária.
- c) o SCI constitui mecanismo de controle administrativo interno de cada Poder, devendo atuar em apoio ao controle externo e à governança pública.
- d) o SCI é órgão auxiliar do Tribunal de Contas do Estado, subordinando-se hierarquicamente a ele.
- e) a CGE é a única responsável pela execução de auditorias em toda a Administração Pública Estadual, inclusive nos Poderes Legislativo e Judiciário.

**82.** De acordo com o Referencial Técnico da CGE-SP (2023), a estrutura de controles internos das organizações públicas do Executivo Estadual baseia-se no modelo das três linhas de defesa. Nesse modelo, é correto afirmar que:

- a) a primeira linha de defesa é exercida pelos auditores internos governamentais das UAIG.
- b) a segunda linha de defesa atua como instância de assessoria e supervisão das atividades de controle realizadas pela primeira linha.
- c) a terceira linha de defesa é responsável pela execução das políticas públicas e dos programas de governo.
- d) as linhas de defesa atuam de forma subordinada ao Tribunal de Contas do Estado.
- e) as Assessorias Especiais de Controle Interno (AECI) integram a primeira linha de defesa.

**83.** Segundo o Manual de Orientações Técnicas (MOT 2023) da CGE-SP, a independência e a objetividade são pressupostos essenciais para o exercício da auditoria interna governamental. Assinale a alternativa que melhor representa a diferença entre esses conceitos:

- a) A independência refere-se à postura mental do auditor, enquanto a objetividade é um atributo institucional da UAIG.
- b) A independência diz respeito à UAIG como função institucional; a objetividade, à atitude pessoal do auditor no desempenho de suas atividades.
- c) Ambas se referem exclusivamente à postura ética do auditor, sem relação com estrutura organizacional.
- d) A objetividade é inerente à UAIG, enquanto a independência depende da aprovação prévia do gestor auditado.
- e) Os dois conceitos são sinônimos e podem ser utilizados indistintamente nas normas de auditoria.

**84.** De acordo com o Referencial Técnico da CGE-SP (2023) e a LC 1.419/2024, a atividade de auditoria interna governamental no Poder Executivo Estadual tem por finalidade:

- a) executar diretamente as políticas públicas de governo.
- b) emitir pareceres jurídicos vinculantes sobre atos administrativos.
- c) aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.
- d) atuar como órgão disciplinar para apuração de infrações funcionais.
- e) controlar a execução orçamentária exclusivamente por meio de auditoria financeira.

**85.** Nos termos do Decreto nº 69.183/2024, que regulamenta a LC 1.419/2024, a Controladoria Geral do Estado (CGE) é órgão central do Sistema de Controle Interno e possui, entre outras, a competência de:

- a) julgar as contas dos gestores estaduais e aplicar sanções administrativas.
- b) exercer funções de assessoria jurídica e contenciosa ao Poder Executivo.
- c) expedir orientações técnicas e normativas às UAIG, promovendo a harmonização e a qualidade dos trabalhos de auditoria.
- d) executar as atividades operacionais das secretarias de estado.
- e) submeter-se hierarquicamente a cada órgão da Administração Indireta para validação de auditorias.

**86.** Segundo o Manual de Orientações Técnicas (2023), os serviços de consultoria prestados pelas UAIG:

- a) substituem os trabalhos de avaliação quando o gestor solicitar análise pontual.
- b) podem ser executados a pedido da Unidade Auditada, sem comprometer a autonomia técnica ou a objetividade do auditor.
- c) devem sempre resultar em parecer conclusivo sobre a regularidade dos atos administrativos.
- d) limitam-se a ações de capacitação e treinamento, sem envolvimento com a gestão de riscos.
- e) têm caráter vinculante e obrigam a administração a implementar as recomendações emitidas.

**87.** Conforme as normas da CGE/SP e as melhores práticas de auditoria governamental, o Plano Anual de Auditoria Interna deve ser:

- a) fundamentado na ordem cronológica de demandas recebidas dos órgãos auditados.
- b) baseado em risco, considerando os objetivos estratégicos, metas e prioridades da unidade auditada.
- c) restrito a auditorias financeiras de demonstrações contábeis.
- d) aprovado exclusivamente pela Unidade Auditada.
- e) revisado somente ao final de cada mandato governamental.

**88.** De acordo com o Referencial Técnico da CGE/SP (2023), a auditoria interna governamental deve:

- a) emitir parecer conclusivo sobre todos os atos administrativos praticados pelos gestores.
- b) buscar agregar valor e melhorar as operações públicas, avaliando e aperfeiçoando os processos de governança, gestão de riscos e controles internos.
- c) executar as ações operacionais dos órgãos auditados.
- d) substituir o controle externo nas avaliações contábeis e orçamentárias.
- e) atuar apenas como órgão correcional, apurando irregularidades funcionais.

**89.** Conforme o Decreto nº 69.183/2024 e o Referencial Técnico CGE (2023), integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual:

- a) apenas a CGE e as secretarias de governo.
- b) a CGE e as Auditorias Internas Singulares (Audin) das entidades da administração indireta.
- c) o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público de Contas.
- d) as Assessorias Especiais de Controle Interno (AECI) como órgãos centrais.
- e) apenas as UAIG vinculadas à Secretaria da Fazenda.

**90.** Segundo o modelo adotado pela CGE/SP (Referencial Técnico, 2023), a terceira linha de defesa é caracterizada por:

- a) supervisão das atividades da primeira linha e apoio ao gerenciamento de riscos.
- b) execução dos controles operacionais básicos.
- c) atuação da auditoria interna governamental com autonomia técnica e objetividade.
- d) coordenação das atividades de conformidade e de qualidade da gestão.
- e) análise de assuntos jurídicos e disciplinares de servidores.

**91.** De acordo com o MOT (2023), o planejamento de um trabalho individual de avaliação deve:

- a) ser executado apenas após a fase de comunicação dos resultados.
- b) restringir-se a auditorias financeiras e contábeis.
- c) identificar riscos e controles relevantes para definir o escopo e os testes de auditoria.
- d) depender de autorização prévia da Unidade Auditada.
- e) prescindir de levantamentos preliminares.

**92.** Com base no MOT (2023), as evidências de auditoria devem ser:

- a) quantitativas e matematicamente comprovadas.
- b) suficientes, confiáveis, relevantes e úteis para sustentar os achados.
- c) produzidas exclusivamente por meios documentais.
- d) obtidas apenas de fontes internas da Unidade Auditada.
- e) dispensáveis em casos de opinião favorável do gestor.

**93.** Segundo o MOT (2023), a principal diferença entre serviços de consultoria e de avaliação na auditoria interna governamental é que:

- a) a consultoria implica em parecer vinculante; a avaliação não.
- b) a avaliação resulta em opiniões independentes sobre objetos de auditoria; a consultoria atua mediante solicitação do gestor para orientar e melhorar a gestão.
- c) a consultoria é restrita à verificação contábil.
- d) ambas têm a mesma finalidade e procedimentos.
- e) a avaliação depende de autorização da CGE.

**94.** No âmbito da CGE/SP, após a execução do trabalho de auditoria, a comunicação dos resultados deve:

- a) restringir-se aos relatórios internos da UAIG.
- b) ser enviada apenas ao gestor da unidade auditada.
- c) ser divulgada na internet, observado o princípio da publicidade e as restrições legais.
- d) depender de autorização do controle externo.
- e) ocorrer somente em caso de constatação de fraude.

### **ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

*Marcondes Fortaleza*

**95.** Analise as afirmações a seguir sobre os conceitos básicos, vantagens e desvantagens atinentes à análise de demonstrações:

- I. A análise das demonstrações, embora seja uma importante ferramenta gerencial, não é uma técnica contábil.
- II. A análise de demonstrações financeiras, também conhecida como 'análise de balanços', se restringe ao estudo do balanço patrimonial.

III. Uma das limitações da análise é a não utilização de quantidades ou unidades físicas, juntamente com os valores.

IV. Uma análise do fluxo de caixa projetado auxilia a desvendar os períodos em que se torna necessário reforço de recursos de caixa ou em que devemos aplicar recursos ociosos.

Estão incorretas as assertivas.

- a) I.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

**96.** Analise as afirmações a seguir acerca da análise horizontal e vertical:

I. A finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos Balanços e das Demonstrações de Resultado através dos períodos, a fim de caracterizar tendências.

II. Um problema que muito afeta a análise vertical é a inflação.

III. A análise vertical é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo.

IV. A análise vertical se limita à comparação das partes com o todo.

Estão corretas apenas as assertivas.

- a) I
- b) I e II
- c) II, III e IV
- d) I, III e IV
- e) I, II, III e IV



**97.** Considere as informações abaixo obtidas a partir das demonstrações contábeis da empresa MAVIFOR em determinada data:

- Ativo Circulante: 10.000
- Índice de Liquidez Corrente 2
- Composição do Endividamento: 40%
- Grau de Endividamento (em relação aos capitais próprios): 80%

Com base nessas informações, é correto afirmar que o valor do patrimônio líquido é:

- a) R\$ 15.625,00 .
- b) R\$ 12.500,00.
- c) R\$ 30.000,00.
- d) R\$ 7.500,00.
- e) R\$ 12.500,00.

**98.** Uma sociedade empresária apresentava os seguintes índices de endividamento geral e de composição do endividamento nos anos de 2020 a 2022:

	2022	2021	2020
Composição do Endividamento	30%	25%	20%
Endividamento Geral	55%	60%	65%

Sobre essa sociedade empresária, assinale a afirmativa correta.

- a) Há um aumento nos passivos onerosos.
- b) Há uma diminuição na garantia do capital de terceiros.
- c) Há um aumento na rentabilidade.
- d) Há um aumento nos prazos de pagamento das dívidas.
- e) Há um aumento na parcela do ativo financiada por recursos próprios.

**99.** Em relação aos índices de liquidez e endividamento, marque a alternativa correta:

- a) A liquidez corrente revela a porcentagem das dívidas a curto prazo (circulante) em condições de serem liquidadas imediatamente.

b) A liquidez seca demonstra a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem salgadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante.

c) A liquidez comum é utilizada como uma medida de segurança financeira da empresa a longo prazo, revelando sua capacidade de saldar todos os seus compromissos.

d) Um índice de endividamento alto reflete, sempre, uma situação insatisfatória.

e) Em relação à composição do endividamento, uma empresa com menores níveis de endividamento no curto prazo, frequentemente, oferece maior risco.

**100.** Analise as afirmações a seguir acerca das informações divulgadas nas Notas Explicativas:

I. Para cada classe de ativo intangível, as notas explicativas devem fornecer informações quanto à vida útil, ao método de amortização e outras, sem a obrigatoriedade de distinguir os ativos intangíveis, gerados internamente, dos demais.

II. As notas explicativas que contêm informações sobre a base para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas podem ser apresentadas como seção separada das demonstrações contábeis.

III. Os créditos existentes entre sociedades coligadas e controladas, de um lado, e as respectivas sociedades participantes e controladoras, de outro, devem ser detalhados nas notas explicativas.

Estão corretas apenas as assertivas.

- a) I
- b) II
- c) II e III
- d) I e III
- e) III

**101.** Sobre *Valuation*, analise os itens a seguir:

I.O valor de uma empresa está intrinsecamente ligado à sua capacidade de produzir riqueza para os seus proprietários.

II.Independentemente do pressuposto da continuidade, o valor da empresa é estabelecido em razão dos benefícios futuros.

III.A abordagem do resultado econômico residual considera que o valor da empresa depende dos benefícios futuros que o empreendimento irá produzir, descontados a valor presente pela taxa de custo de oportunidade.

Estão corretas apenas as assertivas.

- a) I
- b) II
- c) II e III
- d) I e III
- e) III

**102.** Sobre Demonstrações Financeiras na Lei Federal nº 6.404/1976, marque a alternativa correta.

- a) No ativo circulante teremos as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.
- b) Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração diferente do exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.
- c) Quando o ciclo operacional da empresa não for claramente identificável, deve ser utilizado o prazo de 12 meses.
- d) A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, igual a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.
- e) Na DLPA, serão considerados como ajustes de exercícios anteriores apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado

exercício anterior que possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

## ESTATÍSTICA

*Carlos Henrique*

**103.** Em uma atividade escolar, a professora Celina ao perguntar a idade dos alunos presentes descobriu que a média aritmética e a moda (unimodal) das idades 4, 6, 7, 9, 9, 10, X são iguais.

Logo, a professora Celina calculou corretamente que a idade X é igual a:

- a) 8.
- b) 10.
- c) 12.
- d) 15.
- e) 18.

**104.** Dentro de uma urna esférica de madeira há 6 fichas iguais, cada uma com uma letra da palavra MÉDICO. Duas fichas são retiradas aleatoriamente da urna. A probabilidade de que sejam retiradas duas vogais é igual a:

- a) 10%
- b) 20%
- c) 30%
- d) 40%
- e) 50%

**105.** No estado do Mato Grosso do Sul, especificamente na cidade de Aquidauana, uma amostra aleatória de aquidauanenses de tamanho 100 revelou que 64% dos aquidauanenses acreditam que a vida no interior possui uma melhor qualidade de vida. Pode-se afirmar que o intervalo de 95% de confiança para a proporção de aquidauanenses que acreditam que a vida no interior possui uma melhor qualidade de vida é:

- a)  $64\% \pm 7,8\%$
- b)  $64\% \pm 8,6\%$
- c)  $64\% \pm 9,4\%$
- d)  $64\% \pm 10,6\%$
- e)  $64\% \pm 10,2\%$

O enunciado a seguir refere-se às questões 106 e 107.

Em uma montadora de carros, ao testar um novo procedimento de performance, foram realizadas três provas com um experimento binomial. A probabilidade de ocorrerem dois sucessos é doze vezes a probabilidade de ocorrerem três sucessos.

**106.** Calcule a probabilidade de fracasso

- a) 30%
- b) 60%
- c) 70%
- d) 90%
- e) 80%

**107.** Seja  $F$  a função distribuição acumulada de probabilidade. Em um experimento binomial,  $F(k)$  é dado por  $F(k) = P(x = 0) + P(x = 1) + P(x = 2) + \dots + P(x = k)$ . Diante do exposto, calcule o valor de  $F(1)$ .

- a) 84,2%
- b) 92,4%
- c) 85,7%
- d) 89,6%
- e) 76,8%

**108.** Uma amostra aleatória de 9 valores de salários extraída de uma população, considerada normal e de tamanho infinito, apresentou uma média igual a R\$ 800,00 com um desvio padrão igual a R\$ 120,00. Os registros históricos indicam que a média dos salários da população é igual a R\$ 740,00. Deseja-se testar a hipótese, ao nível de significância  $\alpha$ , se o valor da média verificada na amostra difere do valor de R\$ 740,00. Seja  $H_0$  a hipótese nula do teste ( $\mu = 740$ ),  $H_1$  a hipótese alternativa ( $\mu \neq 740$ ) e  $t_{\alpha/2} > 0$  o quantil da distribuição “t” de Student, no nível de significância  $\alpha$ , para testes bicaudais com 8 graus de liberdade. Sabendo-se que  $H_0$  foi rejeitada, MARQUE A OPÇÃO CORRETA:

- a)  $t_{\alpha/2} \leq 1,5$
- b)  $t_{\alpha/2} \geq 1,5$
- c)  $t_{\alpha/2} \leq 2,5$
- d)  $t_{\alpha/2} \geq 2,5$
- e)  $t_{\alpha/2} \leq 0,5$

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E  
ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS PÚBLICAS***Leandro Ravyelle*

**109.** No Estado Delta, o Governador anunciou um pacote de incentivos ao polo de microeletrônica, concedendo isenção parcial de ICMS por 5 anos. A Auditoria preliminar da Controladoria apontou ausência de:

- (i) *estimativa do impacto orçamentário-financeiro da renúncia no exercício de início e nos dois seguintes;*
- (ii) *medida de compensação por meio de aumento de receita, elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo ou cancelamento despesas discricionárias; e*
- (iii) *comprovação de compatibilidade com a LDO (metas fiscais) e a LOA.*

Argumentou-se que, como o pacote fomentaria o desenvolvimento regional e o investimento privado, seria possível regularizar depois os requisitos.

À luz da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), da Lei nº 4.320/1964, da CF/88 e dos manuais da STN (MTO 2025 e MCASP 11ª ed.), assinale a interpretação correta:

- a) A concessão é válida porque a autonomia estadual permite isenções estratégicas; a estimativa de impacto pode ser postergada diante da expectativa de retorno econômico futuro.
- b) A renúncia poderá ser irregular se o estudo de impacto não for detalhado para o exercício de início e os dois subsequentes, requisito essencial do art. 14 da LRF, mas sua ausência não impede a concessão se houver previsão genérica na LDO.
- c) A renúncia pode ser regular desde que, ao longo do exercício, a arrecadação supere o valor renunciado, substituindo a exigência de medida compensatória e de compatibilidade formal com a LDO.
- d) A medida é ilegal, pois a estimativa de impacto (para o exercício de início e dois seguintes) deve ser compatível com as metas fiscais da LDO e acompanhada de medida compensatória (aumento de receita/elevação de alíquotas/ampliação de

base ou cancelamento de incentivos) e não pode incluir redução de despesas.

- e) A regularidade se comprova se o setor beneficiado demonstrar aumento de arrecadação futura e garantir que o impacto seja incluído na LOA do ano seguinte, ainda que não haja medida compensatória imediatamente.

**110.** O Governo do Estado Aurora discute um pacote fiscal para 2026 com três frentes:

- **Medida X:** criação de um programa estadual de investimento em saneamento e drenagem urbana em municípios com déficit de cobertura, com execução direta por consórcios públicos.
- **Medida Y:** reformulação de transferências de renda e subsídios a bens essenciais, com desenho focalizado nas famílias em extrema pobreza e financiamento por tributos progressivos.
- **Medida Z:** instituição de uma regra anticíclica na LDO que autoriza política fiscal ativa: elevação temporária de gasto em recessões e contração em fases de superaquecimento, condicionada a parâmetros de hiato do produto e desemprego.

Relacione cada medida à **função econômica do orçamento** que melhor a caracteriza:

I. Função **alocativa**

II. Função **distributiva**

III. Função **estabilizadora**

Assinale a sequência **correta** para **X, Y e Z**, respectivamente.

- a) I – II – III
- b) II – III – I
- c) I – III – II
- d) III – I – II
- e) II – I – III

**111.** O Estado Gama anunciou a criação do Portal de Transparência 360º, prometendo cumprir integralmente as exigências legais de publicidade ativa. Em auditoria, foram analisadas as seguintes práticas adotadas pela Administração:

*I. As audiências públicas relativas à elaboração e discussão do PPA, LDO e LOA serão realizadas somente após a emissão de parecer prévio do Tribunal de Contas, a fim de que a participação popular ocorra já validada tecnicamente.*

*II. As informações pormenorizadas, em tempo real, sobre a execução orçamentária e financeira serão divulgadas em meios eletrônicos de acesso público, independentemente de requerimento do interessado.*

*III. Para viabilizar o pleno conhecimento da despesa pela sociedade, o portal exibirá, quanto às despesas, o número do processo, o bem fornecido ou serviço prestado e a identificação (pessoa física ou jurídica) do favorecido.*

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Constituição Federal e dos manuais da STN, está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II e III, apenas.

**112.** Durante auditoria na proposta de LOA do Estado Zeta, a CGE analisou o Quadro de Detalhamento da Despesa e identificou inconsistências na identificação da esfera orçamentária e na classificação institucional. Um dos analistas apontou que um fundo especial apareceu como unidade orçamentária sem correspondência a uma secretaria ou autarquia; outro apontou que a codificação da esfera usava apenas “10” e “20”, desconsiderando dotações vinculadas ao orçamento de investimentos das empresas estatais. Considerando as tipologias de classificação da despesa previstas no Manual

Técnico de Orçamento (MTO 2025) e no MCASP (11ª ed.), assinale a alternativa correta:

- a) A classificação por Esfera Orçamentária é composta por funções e subfunções, servindo para explicitar as áreas de atuação governamental.
- b) Para a Esfera Orçamentária, há apenas duas codificações possíveis: 10 – Orçamento Fiscal e 20 – Orçamento da Seguridade Social.
- c) Na Esfera Orçamentária, os dois primeiros dígitos identificam o órgão orçamentário e os três seguintes a unidade orçamentária.
- d) A classificação institucional engloba, necessariamente, o Orçamento de Investimento das empresas estatais não dependentes, pois a LOA deve integrar todas as entidades empresariais.
- e) Em classificação institucional, fundos especiais podem figurar como órgão ou unidade orçamentária, sem corresponder, necessariamente, a uma estrutura administrativa tradicional.

**113.** Durante a validação do Relatório de Avaliação de Receitas do 2º bimestre, a unidade de contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional detectou que parte dos ingressos havia sido indevidamente tratada como receita primária, o que afetou a apuração do resultado primário no Anexo de Metas Fiscais. Considerando a macroclassificação do MTO 2025 e as definições do MCASP (11ª ed.) sobre resultado primário, assinale a opção que apresenta exemplo correto de receita primária do Governo Federal:

- a) Receitas provenientes de operações de créditos por antecipação de receita.
- b) Receitas oriundas de tributos e contribuições sociais.
- c) Receitas de emissão de títulos para alongamento de perfil da dívida mobiliária.
- d) Receitas de juros ativos e remuneração de disponibilidades do caixa único.
- e) Ingressos decorrentes de operações de crédito com organismos multilaterais.



114. No Município Beta, um surto de dengue hemorrágica no segundo quadrimestre levou a Secretaria de Saúde a propor nova ação orçamentária para ampliar leitos e contratar equipes temporárias. Como não havia dotação específica na LOA, o Prefeito encaminhou projeto de lei solicitando crédito especial, indicando como fonte a anulação parcial de dotações do programa “Parque Linear” (Urbanismo). Durante o debate, um vereador afirmou que a LOA impõe execução integral das programações e que somente em caso de calamidade pública reconhecida seria possível cancelar dotações para abrir crédito.

À luz da CF/88, da Lei nº 4.320/1964 e da LRF, assinale a alternativa correta:

- a) O cancelamento de dotações para abrir crédito adicional é inconstitucional, pois a LOA tem natureza obrigatória, impondo a execução integral das programações.
- b) A proposta é válida, desde que a abertura do crédito seja autorizada por lei, a fonte esteja corretamente indicada (anulação de dotações) e a reprogramação observe as metas fiscais e limites da LRF.
- c) O cancelamento de programações para abrir crédito somente é permitido quando houver calamidade pública reconhecida por decreto legislativo.
- d) A Administração não pode anular despesa discricionária para abrir crédito adicional, pois a CF veda redirecionamento de despesa primária.
- e) A proposta só seria válida se estivesse acompanhada de laudo técnico que comprove impedimento de ordem técnica para executar o orçamento inicial.

## **AValiação DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

*Elisabete Moreira*

115. A avaliação das políticas públicas deve começar no nascedouro, por meio da análise *ex ante*, a fim de verificar, fundamentalmente, se respondem a um problema bem delimitado e pertinente e se propõe um desenho que efetivamente possa ser alcançado, ou seja, é necessário que as políticas públicas contem com a análise *ex ante* para que os recursos públicos e o bem-estar da sociedade sejam otimizados.

Acerca do tema, aponte a alternativa correta.

- a) Na análise ex-ante é necessário o preenchimento de um checklist que aborde somente as etapas do diagnóstico do problema e a identificação dos objetivos, das ações e dos resultados desejados.
- b) A validação das causas principais pode ser desenvolvida com a elaboração de uma árvore de problema, que deve conter o problema central, as causas potenciais e os objetivos a serem alcançados.
- c) A relevância do problema deve estar alinhada com as metas e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, mesmo que não tenha havido o comprometimento com estes.
- d) O desenho da política não requer legitimidade social, não obstante ser necessário a comprovação de sua efetividade e eficiência naquele momento.
- e) O desenho da política pública envolve a definição dos atores e do arranjo institucional que compreende o estabelecimento de deveres e atribuições, com diferentes níveis de responsabilidades no processo de decisão e implantação da política.

**116.** Em um contexto de recursos escassos e restrições orçamentárias, é importante orientar a decisão acerca de políticas públicas para que ela recaia sobre a alternativa mais efetiva, eficaz e eficiente, promovendo um desenho adequado e o apoio oficial à sua implantação. Nesse sentido, aponte a alternativa correta.

- a) É na etapa do desenho da política que se deve utilizar a matriz SWOT, visando prever os insumos, processos, produtos, resultados e impactos.
- b) Não existe impacto efetivo nem resultados palpáveis para políticas sem objetivos claros e sem uma teoria do programa.
- c) No século XX, acreditou-se, nos Estados Unidos, que a proibição absoluta da produção e do consumo do álcool levaria à redução drástica da criminalidade. O que se viu na prática foi exatamente o contrário, o que comprova a utilização da teoria do programa.
- d) Antes da fase de definição da teoria do programa, é importante que se produza um modelo lógico de programa.
- e) Na produção do modelo lógico deve-se construir somente um indicador para cada resultado pretendido, de modo a ter clareza e objetividade.

**117.** Dificilmente as políticas se comportam, na prática, conforme um ciclo linear, em fases sucessivas. Essas fases, ao contrário, existem na forma de circuitos paralelos, intercorrentes, ou seja, em atividades simultâneas, mas nem sempre coincidentes. Em seus diferentes circuitos, as políticas comumente apresentam também curtos-circuitos, “atropelos”. Ou seja, constantemente, há reformulação da agenda, decisões que aprofundam ou revogam decisões anteriores e avaliações antecipadas que interferem na implementação, de forma positiva ou negativa. Nesse sentido, analise as alternativas a seguir.

- I. A análise do modelo lógico permite a identificação de falhas lógicas na concepção da intervenção e na

definição ou aperfeiçoamento de medidas de desempenho.

- II. O monitoramento é condição necessária à avaliação e serve como bússola para correções de rumo.
- III. O modelo lógico é composto por insumos, atividades, resultados e impactos.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

**118.** Indicadores são dados que possibilitam acompanhar o andamento e medir o cumprimento dos objetivos de uma política. Eles se referem à quantidade, à qualidade, ao cronograma e aos custos observados comparativamente. Acerca dos indicadores, aponte a alternativa correta.

- a) No modelo SMART, utilizado no processo de escolha de indicadores, a relevância refere-se a medidas qualitativas e quantitativas mensuráveis, possibilitando aferir se os resultados propostos foram alcançados ou não.
- b) As avaliações formativas são realizadas quando a política ainda não teve tempo suficiente para gerar resultados.
- c) Atualmente, considera-se que a melhor estratégia de avaliação é a que se vale de métodos quantitativos que permitam uma análise tanto longitudinal quanto em profundidade da política.
- d) A entrega de produtos e dos resultados de curto prazo e médio prazo não comprometem os impactos duradouros da política.
- e) A causalidade entre os componentes de uma intervenção pode ser constatada simplesmente olhando-se para a diferença entre os valores dos indicadores pré e pós-intervenção.

**119.** Com relação aos indicadores de produtos, resultados e impactos e aos critérios de avaliação no âmbito da intervenção de uma política pública, analise as alternativas a seguir.

- I. No âmbito de processos, encontram-se os indicadores de insumos e atividades, por meio dos quais pode-se acompanhar a execução do programa, verificar sua aderência ao planejamento e seu desempenho, a exemplo da medição da quantidade de estruturas físicas implantadas e número de beneficiários atendidos.
- II. Indicadores de produtos estão relacionados às entregas diretas da política, que devem ser sempre quantificáveis, a exemplo dos custos ou quantidade de inscritos em uma política.
- III. Indicadores de resultados quantificam as mudanças ocorridas na realidade do público-alvo de um programa, a exemplo de alterações da renda e do desempenho dos alunos.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

**120.** Ao realizar o desenho da criação de uma política voltada à proposta de melhoria habitacional, que envolve a construção de conjuntos de apartamentos financiados pelo governo, foram construídos indicadores relacionados a insumos, atividades, produtos, resultados e impactos. Aponte a alternativa correta que apresenta exemplo de indicadores de produtos.

- a) Número e resultado das reuniões realizadas para a elaboração do programa.
- b) Número de vistorias prévias realizadas nos imóveis.
- c) Quantidade de processos envolvidos para a seleção das famílias.

d) Número de vendas realizadas com o Cartão Reforma.

e) Número de servidores do Ministério na execução do programa.

# Discursiva 1

Redija uma questão dissertativa acerca da Lei 14.133/2021. No seu texto, explique os seguintes pontos:

- Âmbito de aplicação da nova Lei de Licitações.
- Os objetivos do processo licitatório previstos na nova Lei de Licitações.
- As modalidades de licitações apresentadas na referida lei.
- A modalidade inexistente na vigência da anterior. Apresente seu conceito, hipóteses em que é aplicável e as suas etapas.

Resposta em até 60 linhas

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**Folha de Resposta**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

## Discursiva 2

O Poder Executivo planeja editar um ato administrativo de caráter normativo com o objetivo de impor a obrigação de execução de obras voltadas à conservação do patrimônio público local, cuja realização deverá se estender por cerca de três anos. Para custear tais obras e compensar as despesas geradas, a administração prevê utilizar recursos provenientes do aumento de arrecadação decorrente de medidas de combate à sonegação fiscal. Diante disso, foi encaminhada consulta ao órgão de controle interno para avaliação da proposta.

Considerando o cenário apresentado, elabore uma questão discursiva que contemple, necessariamente, os seguintes pontos:

1. Apresente a classificação da despesa pretendida, quanto à categoria econômica;
2. Diferencie despesa adequada e despesa compatível, conforme previsto na LRF;
3. Evidencie as condições exigidas pela LRF para que se autorize a despesa mencionada;
4. Mostre a viabilidade de utilização da previsão de acréscimo de receita advinda do combate à sonegação fiscal como fonte de financiamento da despesa em questão.

Resposta em até 60 linhas

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**Folha de Resposta**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.*

*Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>